

A maioria desviante¹

No âmbito das ciências humanas, enfrenta-se muitas vezes problemas teórico-científicos que não nascem diretamente da realidade em que se age, mas são importados como problemas típicos de outras culturas (de níveis diferentes de desenvolvimento), transferidos para um terreno em que se identificam os sinais de sua presença na condição de um requisito de um preciso reconhecimento crítico. Esse mecanismo de identificação ao nível "ideológico" parece típico das culturas subordinadas, que têm uma função marginal e dependente no jogo político-econômico geral pelo qual são determinadas, e do qual participam segundo graus diferentes de desenvolvimento. A um nível socioeconômico determinado correspondem, de fato, definições culturais diferentes; isto significa que os problemas nascidos em países de alto nível tecnológico e industrial são assumidos como temas artificiais nos países socioeconomicamente menos desenvolvidos.

Assim, a linguagem intelectual muitas vezes resulta da absorção de culturas tomadas de empréstimo a realidades diversas, tornando-se patrimônio de uma elite restrita, uma espécie de código entre os privilegiados que conseguem decifrar-lhe a mensagem e descobrir-lhe as referências. Dessa maneira, aumenta-se a ambigüidade da natureza dos problemas, que se revelam concretos e, ao mesmo tempo, artificialmente produzidos: isto é, tornam-se "realidade" através da racionalização ideológica que se faz deles.

¹ In: *La maggioranza deviante*, Turim, Einaudi, 1971. Em colaboração com Franca Ongaro Basaglia.

Examinemos o fenômeno dos desvios. Já crucial e decisivo nos países de grande desenvolvimento industrial, mas não tendo ainda explodido na Itália, ele foi importado para nossa cultura como tema ideológico de um problema, em outros lugares, real.

Entre nós, o desviante, como aquele que se encontra fora da norma ou no limite dela, é mantido dentro da ideologia médica ou da judiciária, as quais conseguem contê-lo, explicá-lo e controlá-lo. O pressuposto, aqui implícito, de que se trata de personalidades originariamente abnormes permite a absorção destas no terreno médico ou penal, sem que o desvio – como recusa concreta a valores relativos, propostos e definidos como absolutos e imodificáveis – comprometa a validade da norma e dos seus limites. Nesse sentido, a ideologia médica ou a penal servem aqui, mediante a definição de anormalidade original, para conter o fenômeno, transpondo-o para um terreno que garanta a manutenção dos valores de norma. Não se trata de uma resposta técnica a um problema de caráter especializado, mas sobretudo de uma estratégia defensiva, voltada para a manutenção do *status quo*, em todos os níveis. A ciência, nesse caso, cumpre sua função, fornecendo codificações e etiquetas que permitam a nítida separação do anormal em relação à norma.

Tal fato mostra-se evidente na aliança original da psiquiatria com a justiça. O psiquiatra, no cumprimento de seu mandato profissional, é simultaneamente médico e tutor da ordem, no sentido de que, em sua ação presumivelmente terapêutica, expressa tanto a ideologia médica quanto a penal da organização social de que é membro operante. É-lhe reconhecido o direito de efetuar todo tipo de sanção mediante o aval que a ciência lhe dá, por um pacto arcaico que o liga à tutela e à defesa da norma.² Por isso, em nossa cultura, o

² Quando o psiquiatra ordena que um doente seja contido, é a ciência que avalia e justifica todo ato dele, mesmo que este seja explicitamente uma declaração de impotência.

fenômeno dos desvios se mantém incluído no âmbito de um conhecimento e de uma prática de natureza repressiva e violenta, correspondente à fase de desenvolvimento do capital em que o controle ainda se manifesta sob formas retrógradas e rígidas, no estigma do psicopata e do delinqüente.

Por outro lado, nos Estados Unidos, que tomamos aqui como exemplo paradigmático para comprovar as teses que estamos sustentando, o problema foi racionalizado num terreno multidisciplinar de natureza diferente, em que a ideologia médico-judiciária foi-se identificando com a sociológica, por causa da necessidade de promover e garantir a totalização do controle de um fenômeno que se vai disseminando com um explícito questionamento dos valores sociais da norma. Lá, a definição de anormalidade original já não é suficiente para explicar e conter um fenômeno que se configura, explicitamente, como resultado de uma exclusão/auto-exclusão para fora da produção, enfrentadas e parcialmente absorvidas pelas organizações sociais de assistência, presentes na tolerância repressiva do capitalismo avançado. Foi a pressão dessas contradições que obrigou a uma tomada de posição global, concretizada na lei Kennedy de 1963, que reconhece o problema da saúde mental como problema eminentemente social. Chegou-se à compreensão de que, diante da produção, a morbosidade pode tornar-se – exatamente como a saúde – um dos polos determinantes da economia geral do país. Isso é demonstrado pela absorção, no ciclo produtivo – mediante a criação de novas instituições terapêutico-assistenciais – das faixas de “marginais” que antes estavam excluídas, permitindo e assegurando seu controle social, como controle técnico.

As teorizações científicas sobre o desvio, nascidas na cultura inglesa e na americana como resposta a uma realidade em ação e importadas pela Itália, assumem definitivamente o significado de

uma ideologia de reposição,³ sempre que não se verificarem em nosso terreno prático, numa ação que lhes define as premissas, a natureza, os limites e as conseqüências em relação à nossa realidade. Nesse caso, a nova ideologia de tipo sociológico vem superpor-se às arcaicas ideologias psiquiátricas, como uma reserva potencial de elaborações ideológicas superiores. Assim, o estigma genérico de desvio passa a substituir o de psicopatia-delinqüência, mais específico e mais violento. Os rígidos parâmetros da ciência médica ficam suavizados pela entrada em campo das chamadas ciências humanas, que no entanto não modificam a essência do fenômeno, mas alargam-no em uma totalização indiferenciada e falsa que parece unir os opostos, sem na realidade enfrentar o problema de suas mútuas diferenças e relações.

Entre nós, contudo, o nível de desenvolvimento do capital ainda não tende a exprimir-se em sua dimensão total e, portanto, não se exige um tipo de controle totalizante. Aqui, a *ideologia da diversidade*, na qual se baseia a definição de anormalidade original com que se classifica a estrutura da personalidade do desviante-psicopata, ainda é suficiente para garantir, por contraste, a integridade dos seus valores.

Os projetos de reforma apresentados, boicotados, retirados, rerepresentados; as linhas de ação teoricamente aceitas e nunca postas em prática; a ausência de uma programação real que parta da nossa situação para responder, concretamente, às nossas exigências; a ausência de planos experimentais que verifiquem a validade e a utilidade real dos novos programas; a adequação às novas teorias, sem que os atos modifiquem a situação sobre a qual deveriam incidir, e sobretudo a conservação das instituições em sua constante fun-

³ Este conceito de ideologia de reposição foi elaborado em discussões com Gianni Sealia.

ção repressiva de controle constituem a demonstração da impossibilidade de uma ação de renovação técnica que não se imponha como necessidade econômica. É impossível — enquanto não necessário ao capital — adequar um nível de desenvolvimento a outro nível em que as novas ideologias técnico-científicas operam em resposta a exigências socioeconômicas específicas, como correspondente racionalização destas. Ou, para sermos mais claros, torna-se impossível adotar sistemas de controle social de tipo mais avançado quando, sob muitos aspectos, os velhos ainda são suficientes.

O manicômio, a prisão, a escola, as instituições que provêm ao controle dos desvios etc., correspondem ao tipo de repressão adequada ao nosso nível de desenvolvimento socioeconômico. O resto — o uso da nova linguagem técnica que não corresponde à realidade — é fruto de uma importação ideológica que, mediante a adequação formal às novas técnicas, prepara o terreno para aquilo que deverá ser o novo tipo de controle, necessário quando nossa realidade econômica também se modificar, segundo a lógica do capital. Por isso, a nova linguagem agora adotada pelos técnicos — linguagem nascida alhures como resposta técnica e ao mesmo tempo econômica para a realidade socioeconômica que foi amadurecendo — limita-se aqui a recobrir a velha, conservando desta, sob as novas definições formais, a mesma natureza, que somente uma ação prática real poderia subverter. Porém, quanto mais a distância entre a linguagem e a realidade aumenta, tanto mais será preciso confiar-se às palavras e à sua ambigüidade constitutiva.

Uma clara demonstração disto é o que se verifica nas programações relativas à assistência psiquiátrica de muitas administrações públicas. O caso ocorrido na província de Veneza parece um exemplo preciso do modo pelo qual também a nova ideologia, como opção técnico-cultural, serve para garantir a inação, que corresponde a uma opção político-econômica específica.

O Hospital Psiquiátrico da cidade está situado em duas ilhas destacadas do contexto urbano, dada a particular configuração de Veneza, provincial. Trata-se de duas antigas construções que, como toda a cidade, passam por um estado de grave precariedade.

Em 1967, a administração pública da província local publicou um edital de licitação para a construção de um novo hospital psiquiátrico em terra firme. O edital, pela primeira vez na Itália, exigia a construção de um hospital aberto, nos moldes de uma comunidade terapêutica. Apesar de todas as reservas quanto a essa modalidade de assistência, sempre que se apresente como modelo resolutivo do problema psiquiátrico, a existência de um edital de concorrência que reconhecia implicitamente um novo status social para o doente mental, antes que uma nova lei o definisse, podia revelar-se um precedente de certo peso na situação manicomial italiana de então. Escolheram-se os projetos vencedores, mas, no momento em que se deveria proceder à construção do hospital, para o qual a área já fora adquirida, os administradores descobriram – documentando a descoberta num congresso nacional que teve o aval das autoridades políticas e científicas – que a construção de um novo hospital psiquiátrico perpetuaria o estereótipo da doença mental na institucionalização do doente.

A recusa ao Hospital Psiquiátrico como “fonte de doença” – recusa válida para qualquer programação psiquiátrica que parta do zero – não pode, contudo, ignorar a existência de mais de cento e cinqüenta mil internados em nossos manicômios, cujas condições higiênico-sanitárias e assistenciais específicas são conhecidas. A teoria podia, porém, mostrar-se útil como oportunidade para, mais uma vez, deixar de lado o problema do hospital e abraçar as novas teses mais “modernas” da psiquiatria de setor, projetada para fora, as quais permitiam remeter todo o problema da assistência psiquiátrica a uma programação subsequente. A última novidade é a de

que os dois hospitais psiquiátricos de Veneza estão desabando ao mesmo tempo. Para além do jogo político que a denúncia da crise e dos desabamentos hospitalares poderia esconder, a administração pública local, na hora em que se vê acertando contas com as contradições que produziu, não consegue encontrar outra solução afora a eliminação dos doentes, mediante a distribuição deles pelos diversos hospitais, e a organização de uma nova comissão de estudos para a realização dos novos programas da assistência psiquiátrica.

O artigo de um jornal local, que transcrevemos a seguir, fornece um quadro exato da situação.

O problema dos manicômios. Três soluções para os doentes de San Clemente. Corre-se contra o tempo, na Ca'Corner, para encontrar o espaço necessário à “emigração” forçada dos doentes mentais do hospital psiquiátrico cujas estruturas de alvenaria, como foi dramaticamente anunciado na tarde de ontem pelo assessor Mario Vianello, estão periclitantes. Noventa doentes já foram transferidos para os corredores e ali são assistidos; outros 480, aproximadamente, deverão ser transferidos dentro de dois meses: todo o hospital psiquiátrico deverá estar evacuado daqui a seis meses.

São conhecidas as perspectivas de solução: obter acolhida em unidades hospitalares da cidade e da província, requisitar um hotel ou um edifício com a mesma capacidade receptiva, construir unidades psiquiátricas em terra firme. No momento, quarenta e oito horas depois do “relatório” Vianello ao Conselho Provincial, as possibilidades de solução do problema são as seguintes:

– transferência de cerca de trezentos doentes “de longa permanência, crônicos tranquilos” para instituições de assistência: trata-se de gente que, por razões sociais, e mesmo já não necessitando de assistência psiquiátrica, permaneceu em hospital psiquiátrico;

— para os verdadeiros doentes mentais, o problema é mais difícil: como existem poucos médicos psiquiatras, é necessário que a transferência dos doentes seja efetuada 'em bloco', isto é, incluindo os médicos e os enfermeiros. Para esse êxodo forçado, é preciso dispor de um grande edifício, que, segundo consta, já teria sido escolhido. Nesse caso, estaria garantida a 'continuidade terapêutica', e a transferência seria menos chocante do que uma diáspora desorganizada;

— iniciar logo a construção de unidades psiquiátricas em terra firme, nas áreas já adquiridas pela Província no Plano de Programação e Descentralização dos Serviços Assistenciais. Poderia ser empregada a construção industrializada (pré-fabricados funcionais e "garantidíssimos"): as unidades estariam prontas ao cabo dos seis meses segundo técnicos que descobriram o desgaste das traves de San Clemente;

— os diretores dos hospitais públicos da província prometeram ao médico provincial prof. Siggia dar logo uma resposta sobre a requisição de vagas-leito e de unidades para os doentes mentais" (*Il Gazzettino*, Veneza, 5 de fevereiro de 1970).

Não se teme admitir que trezentos doentes não são, na realidade, "doentes verdadeiros", mas estão mantidos em hospital psiquiátrico, sob as rígidas regras da internação, simplesmente porque não existem soluções sociais adequadas a eles, que enquanto isso conservam a etiqueta de doenças das quais não sofrem, ou são definidos como psicopatas sociais etc., confirmando-se mais uma vez o estreito vínculo entre ordem pública e psiquiatria.⁴ Declara-se que faltam recursos para resolver a presente situação, quando, há ape-

⁴ Cf. E. Goffman, "Mental Symptoms and Public Order". In: *Disorders of Communication*, Research Publications, "Proceedings of the Association for Research in Nervous and Mental Disease", 7-8 de dezembro de 1962, The Williams & Wilkins Company, Baltimore, 1964.

nas um ano, tinham sido elaborados vastos programas 'de longo prazo' e tinham sido feitas declarações de princípios sobre a escolha do tipo de assistência mais moderno e correspondente às exigências atuais, envolvendo autoridades acadêmicas e políticas num acordo nacional (como dissemos acima, quanto mais aumenta a distância entre as palavras e a realidade, mais será preciso confiar-se às palavras e à sua ambigüidade constitutiva).

A contradição fica evidente para os próprios administradores, obrigados a justificar alhures sua conduta, recordando "a capacidade demonstrada nas mudanças de programa, para adequar-se às conquistas sempre novas da moderna psiquiatria"; isto, sem denotar o menor desconforto na obstinação em manter um aparato teórico, volta e meia diferente, que contrasta de modo estridente e dramático com uma realidade imodificada.

Esse é um exemplo dos embaraços relativos ao problema institucional específico. Mas a própria cultura psiquiátrica oficial ainda se mantém coerente com a situação econômica mais regressiva. Se analisarmos as elaborações teóricas nas quais se baseia o aparato psiquiátrico tradicional, a definição de doença está até hoje alicerçada na violência e na repressão, exatamente como as instituições destinadas à custódia e ao tratamento. Codificações discriminantes, diagnósticos que adquirem o significado de um preciso juízo de valor, definições de estados mórbidos que se transformam em "estigma" são a evidência daquilo que ainda está por trás da nossa cultura psiquiátrica: a ideologia da diversidade como exasperação da diferença entre os opostos, saúde e doença, norma e desvio.

Em nossa cultura, o problema dos desvios, que se vem apresentando como tema pertinente à sociologia, está ausente do âmbito disciplinar da psiquiatria, no qual aparece sob a forma das "personalidades psicopáticas", de competência da medicina. Isto

é, o "abnorme" continua sendo englobado numa sintomatologia clínica bem precisa, que se mantém dentro dos parâmetros nosográficos clássicos, de natureza positivista. O equívoco criado pela classificação tradicional – a definição, copiada da cultura alemã, dos psicopatas como "pessoas que sofrem e fazem os outros sofrerem" – serviu para confundir, com um juízo de valores mais explícito, os termos do problema. O caráter classificatório das anormalidades psíquicas manteve-se dentro da ideologia médica, mesmo diante da irrupção das tendências psicodinâmicas e de outras teorias, tendo como único resultado a criação de novas e diferentes etiquetas para estigmatizar todo comportamento que se afaste da norma e, ao mesmo tempo, dos quadros das síndromes psiquiátricas codificadas.

Em nossa cultura médica, as personalidades psicopáticas continuam a representar um dos capítulos mais ambíguos, controversos e dificilmente delineáveis da nosografia psiquiátrica, tanto que sempre foi difícil definir o exato e autônomo quadro sintomatológico. Normalmente, essa expressão é referida a indivíduos agrupáveis segundo algumas características peculiares:

a) uma precária inserção social, acompanhada por distúrbios de comportamento e por condutas quase sempre anti-sociais;

b) uma bagagem clínica que, embora nem sempre seja definível como patológica, não permite considerar esses indivíduos como normais.

Portanto, as personalidades psicopáticas são definidas como personalidades no limite da norma, caracterizadas por transtornos de comportamento, distúrbios afetivos, com tendência a condutas anti-sociais, remetendo-se geralmente o conjunto a anomalias de caráter, reportáveis a tipologias particulares. A psiquiatria italiana ainda se remete – quanto a isso – à subdivisão schneideriana dessas formas em dez grupos (por sua vez separados em subgrupos e em

associações temporárias), em que o interesse classificatório supera qualquer finalidade.

Contudo, mesmo no caso da subsequente definição de personalidade sociopática, na qual se leva em conta o elemento social como segundo pólo da relação, o abnorme continua a ser relacionado à infração de um esquema de valores (médicos, psicológicos e sociais) que é aceito como natural e irredutível, e jamais como algo relativo ao sistema social de que o indivíduo faz parte. Está claro que essa dimensão, nas interpretações em que penetra no terreno médico, refere-se principalmente às conseqüências que uma personalidade psicopática comporta, mais que às pressões sociais de que esta é objeto, mantendo-se assim alinhada com a ideologia custodialístico-punitiva que até hoje está na base das instituições destinadas a preservar a norma.

Portanto, em nossa cultura o problema dos desviantes ainda carrega o estigma do psicopata, por trás do qual ressoa o eco das classificações de Lombroso, com seu claro objetivo de proteger os "sãos dos maluquetes, loucos morais revolucionários", dos "revolucionários" e "delinquentes políticos por paixão", dos "anárquicos", para citar apenas algumas de suas definições, nas quais só é apontado o firme desejo de subverter a ordem constituída, tenazmente defendida por Lombroso.

Nessas definições não há equívocos: a ideologia médica permite um julgamento político-moral que reconhece nas definições científicas um genuíno caráter classista, sem coberturas ou máscaras artificiosas. A realidade é que as idéias dominantes são as idéias da classe dominante, a qual não tolera elementos que não respeitem suas regras. Se assim não fosse – se o transgressor não viesse a ser punido – por que elas deveriam ser observadas, quando não se consegue reconhecer um interesse ou um valor em sua aplicação?

Trata-se de julgamentos que podem encontrar uma justificação na época em que foram formulados (o atlas de Lombroso sobre *O homem delinqüente* é de 1897). Porém, quando se lêem afirmações análogas num recentíssimo tratado de psiquiatria – entre os muitos que florescem nestes últimos anos – a coisa fica mais difícil de compreender. Pela classificação que se continua a fazer dos psicopatas, fica evidente que o essencial é sempre estigmatizar aquele que se desvia da norma com juízos de valor que destaquem a amoralidade e o desregramento dele, ainda que a sanção permaneça de natureza “médica”. Qualquer coisa que o psicopata faça é sempre errada, porque o julgamento precede todas as suas ações como uma marca de fábrica: se um ato está errado, também estará errado o seu contrário, porque o erro inicial foi o de não ter aceito (e as motivações para essa recusa podem ser de natureza diferente, mas não têm peso sobre o julgamento que se faz dela) as regras do jogo.

Desse modo, define-se como hipertímico quem é otimista exuberante até a euforia. Quem demonstra um altruísmo excessivo desperta sérias preocupações. Quem sustenta as próprias razões facilmente se encontra em combatividade, que pode degenerar-se em querelas ou litígios nos quais, dada sua inconstância, frequentemente não persevera. (Presença e ausência de litigiosidade têm aqui a mesma conotação negativa.) O deprimido terá características opostas às do hipertímico. Depois há o fanático, definido como aquele que quer impor aos outros as próprias convicções, as quais ele apregoa com toda a sua força; em contrapartida, um outro tipo de fanático limita-se a professar as próprias idéias com a máxima fé e desdenhando os outros. Nesse grupo talvez se enquadre o psicopata paranoico ... no qual se encontram os seguintes elementos essenciais: hipertrofia do eu, desconfiança para com os outros, egoísmo e suscetibilidade.

A distância em relação a Lombroso é mínima. Há os psicopatas volúveis ou instáveis, os aéticos (falta-lhes qualquer sentimento superior e qualquer capacidade de apreciação moral) ... o conceito de psicopatia aética é muito próximo do de “loucura moral” dos velhos autores. O histriônico é também definido como maniaco pela notoriedade. O psicopata, em suma, é desprovido de vontade, tem uma má adaptação dentro do grupo sociocultural ... insuficiência de empatia, ou seja, de uma participação afetiva com o próximo ... é frio, desprovido de moral (embora freqüentemente mascarado por trás de afirmações teóricas e ilusórias que soam como inspiradas por uma intensa vida interior), jamais acusa sentimento de culpa, é incapaz de lealdade, de firmeza ... qualquer ação ou decisão sabe a improvisado, fragmentário, descontínuo ... falta-lhe, em suma, estilo em seu modo de existir, em seu estar no mundo.

Estas são as definições de um dos mais recentes tratados italianos de psiquiatria em matéria de psicopatia. Aqui, as classificações não chegam sequer a justificar-se com base na ausência de uma dialética “interna” ao comportamento psicopático, o que tornaria mais admissível o juízo negativo expressado para as duas faces de sua conduta. O psicopata é sobretudo “diferente”, na medida em que põe em discussão os fundamentos da norma, a qual se defende construindo um espaço e uma categoria médico-legal para circunscrevê-lo e isolá-lo.

A finalidade é a adaptação do anormal aos parâmetros ditados pela norma de uma sociedade em vias de desenvolvimento, na qual a eficiência de um pólo da realidade está subordinada à ineficiência codificada do outro. Se, na sociedade afluyente, tende-se a romper o rígido vínculo entre a ideologia médica e a lei, para criar um novo tipo de interdisciplinaridade com outras ciências humanas, a finalidade desse deslocamento não é a melhora das condições de vida do homem, mas a descoberta de um novo tipo de produtividade e de

eficiência que consegue explorar o ineficiente e o improdutivo ou encontrar um novo papel para eles. A função é sempre adequada à estrutura, e uma intervenção técnica só é eficaz no caso de essa coincidência ser respeitada. Isso significa que, a um dado nível de desenvolvimento econômico, correspondem uma linguagem científica e uma realidade institucional adequadas. As elaborações científicas de vanguarda ou põem em crise a estrutura sobre a qual atuam, pela impossibilidade concreta de levar adiante o próprio discurso prático-teórico, ou são absorvidas como linguagem puramente ideológica, que serve de alibi para a imobilidade presente, na expectativa de produzir uma realidade subsequente, adequada ao nível subsequente de desenvolvimento.

Assim, nossa burocracia psiquiátrica deve continuar a defender as próprias posições conservadoras, estreitamente aderentes ao nível de realidade em que vivemos e agimos (o nível de desenvolvimento socioeconômico do nosso país, que ainda requer um tipo de controle baseado na ideologia da diversidade), e ao mesmo tempo não pode deixar de levar em conta o significado de certas experiências práticas em curso. Seria mais fácil adequar-se a uma nova linguagem que viesse de uma antecipação teórica abstrata do que dispor-se a aceitar a linguagem, também contraditória, nascida como resposta a uma realidade concreta. Se a função técnica e a estrutura social devem coincidir para que a intervenção técnica seja eficaz, fica implícito que os psiquiatras, no cumprimento de sua função, estão explicitamente incumbidos de tutelar a ordem e defender a norma, e aceitam tal incumbência. Caso essa coincidência seja rompida por uma intervenção que deseje responder, na prática, a necessidades verdadeiras, a intervenção ou serve para desmascarar o significado implícito dessa coincidência e dessa incumbência, ou produz inevitavelmente um aumento do fenômeno que a intervenção técnica pretendia remediar.

Isso torna-se evidente na expansão das doenças, no momento em que — dentro da lógica do capital — se criam novos serviços encarregados de tratá-las. O aumento, estatisticamente reconhecido, é atribuído à nova aculturação dada pela existência do novo serviço, do qual todos os doentes podem dispor. Mas, em matéria de política de saúde, um serviço deveria reduzir o fenômeno para o qual foi criado como resposta a uma carência técnico-funcional. Em vez disso, no momento em que o novo serviço só pode orientar-se pela própria sobrevivência — como qualquer nova instituição inserida no ciclo produtivo — a finalidade passa a ser a produção, em cujo círculo o doente é absorvido como um novo objeto, e não como o sujeito para cujas necessidades o serviço foi criado.

Numa estrutura social diferente, na qual a finalidade não seja a produção, mas o homem e suas condições de vida (restando a produção um instrumento de sobrevivência), a inserção de um novo serviço técnico produz resultados opostos. Em Cuba, por exemplo, o serviço de saúde psiquiátrico funciona — além do grande hospital de Havana, em vias de desmantelamento — através da organização de pequenos centros ambulatoriais nas várias regiões da ilha. O número de pacientes mentais em tratamento ambulatorial, que registrara um aumento no primeiro período dessa nova atividade, reduziu-se a seguir. Isto significa que em Cuba a doença mental não existe, ou está regredindo velozmente? Certamente não. Trata-se apenas de um modo diferente pelo qual se pode dispor de um serviço numa estrutura social que visa a responder às necessidades do homem, e não às exigências do capital. O que, mais uma vez, confirma o peso assumido pela face social da doença no determinismo da própria doença.

Se considerarmos a doença mental uma contradição do homem que pode ser verificada em qualquer tipo de sociedade, pode-se também dizer que cada sociedade faz da doença aquilo que mais lhe con-

vém, e é a face social que daí se constrói para a doença que será depois determinante em sua evolução. É nesses termos que se pode falar de uma estreita relação entre psiquiatria e política, porque a psiquiatria defende os limites de norma definidos pela organização político-social. Se é verdade que a política não cura os doentes mentais, paradoxalmente pode-se dizer que as pessoas adoecem com uma definição que tem um caráter político preciso, no sentido de que a definição de doença serve, neste caso, para manter intactos os valores da norma postos em discussão. O fato de as sanções mais rígidas sempre caírem sobre quem não dispõe de um espaço privado, onde possa expressar – em segurança – o próprio desvio, no momento em que ultrapassa o limite, é a consequência lógica de uma premissa implícita no tipo de organização social em que estamos inseridos.

O convite à prudência na divulgação tanto daquilo que é a realidade, como do significado e da função das instituições incumbidas da tutela da norma em nossa sociedade, ainda é um convite para que a divisão entre normalidade e anormalidade permaneça nítida, assim como uma confirmação do estreito vínculo entre psiquiatria e ordem pública. O problema da assistência psiquiátrica não é somente um problema técnico, se a técnica é usada para a defesa dos limites da norma, que não têm nem podem ter um valor objetivo.

O psiquiatra age sempre em sua dupla incumbência de homem de ciência e de tutor da ordem. Mas os dois papéis estão em evidente contradição, uma vez que o homem de ciência deveria visar a salvar e tratar o homem doente, enquanto o tutor da ordem visa a salvar e defender o homem sã. Qual dos dois pólos contrastantes prevalece no papel do psiquiatra? Como pretender estar cuidando de quem sai da norma, se nossa principal preocupação é a adaptação à norma e a manutenção dos seus limites?

Ninguém afirma que a doença mental não existe, mas a verdadeira abstração não está na doença, do modo como pode manifestar-

se, e sim nos conceitos científicos que a definem sem enfrentá-la como fato real. O que significam esquizofrenia, psicopatia ou desvio, senão a absolutização de nossa falta de compreensão quanto à contradição que tanto nós como a doença representamos? O que são estas definições senão a tentativa de resolver em conceitos abstratos essas contradições, que se reduzem apenas a mercadoria, etiqueta, nome, juízo de valor que serve para confirmar uma diferença?

O discurso dos nossos técnicos ainda se move claramente no terreno dominado pela ideologia da diversidade, na qual a exasperação dos opostos serve para defender e tutelar o desenvolvimento econômico em vias de expansão.

Ideologia da diversidade e ideologia da equivalência acabam por coincidir, embora correspondam a dois momentos diferentes conceituais e práticos, ligados a fases diversas do desenvolvimento socioeconômico. Sobre essas duas diferentes racionalizações baseia-se a evolução da ciência, cuja eficácia real depende diretamente da coincidência entre estrutura socioeconômica e função institucional específica: isto é, a intervenção técnico-científica, como nova hipótese que põe em discussão a realidade em ação, só pode encontrar sua confirmação prática no momento em que se tornar funcional para a fase subsequente do desenvolvimento socioeconômico geral, encontrando também – junto à confirmação – a própria morte, na absolutização da hipótese primitiva.

No caso específico dos desvios, sua introdução no campo das novas ciências sociais – com a consequente dilatação do problema e, assim, do terreno de investigação e tratamento – tende a substituir, em correspondência com as formas precedentes de controle, as teorizações e as práticas precedentes, considerando-as fases superadas e não mais necessárias. De fato, a velha ideologia custodialístico-punitiva mostra-se insuficiente para a totalização do

controle, em correspondência com o desenvolvimento do capital. Por isso, agora é possível desnudar, mediante análises sociológicas e sociopsiquiátricas, o que já não é necessário esconder.

A literatura norte-americana é particularmente rica em análises que denunciam os aspectos mais contraditórios da vida social dos EUA: investigações sociológicas sobre os guetos negros, simultâneas às campanhas integracionistas (quando a população de cor tiver compreendido e aceito seu lugar na civilização dos brancos); análises sociológicas sobre as condições dos doentes mentais nos asilos psiquiátricos (referimo-nos particularmente às análises de E. Goffman); estudos sobre o problema dos desvios, com relativa instituição de novos centros psiquiátricos destinados ao seu controle; críticas à "objetificação" do homem perpetrada pelas velhas teorias que produzem as novas.

A análise do papel dos desviantes nos Estados Unidos permite-nos compreender o quanto sua existência pode mostrar-se ameaçadora, caso não seja reabsorvida pelo jogo social, representando um perigo inversamente proporcional à força de que a sociedade dispõe para manter presenças antagonistas em seu interior. Na forma da "democracia capitalista", o poder consegue de fato conservar sob controle as forças de oposição, e é isto que possibilita a manipulação da situação. A tolerância diante das forças antagonistas é diretamente proporcional à segurança e à força do controle.

Assim, no momento em que a faixa dos desviantes se estende e a "distância" entre normal e anormal é reduzida pelo poder totalizante do capital, é necessário absorver o desviante, fazendo-o entrar, justamente enquanto tal, numa categoria ideológica que deve defini-lo (isto é, continuar a produzi-lo na forma exata e necessária) e ao mesmo tempo controlá-lo. O desviante como problema real (que evidencia a face perdedora do capital, enquanto rejeição aos seus valores ou expressão de sua falência) torna-se o problema do

desviante como uma das faces do capitalismo vencedor, ao ser assumido como problema técnico, para o qual estão prontas soluções técnicas apropriadas (em particular, as acionadas pela psicanálise, pela psiquiatria social etc., nascidas como respostas a exigências práticas e transformadas em instrumentos de manipulação).

A ideologia do desvio como problema interno à dinâmica do capitalismo avançado serve, neste caso, para confirmar a funcionalidade das contradições mediante sua racionalização.

Parsons,⁵ quando sustenta, em seu *Sistema social*, a função da ideologia na relação entre "cultura e contracultura" (entre classe dominante e classe dominada), focaliza um ponto crucial da organização social, sem no entanto fornecer a exata interpretação dele:

Se a cultura do grupo desviante ... permanece uma "contracultura", é difícil encontrar a ponte através da qual ela pode ganhar uma influência sobre círculos mais vastos. Essa ponte é fornecida sobretudo pelo terceiro elemento, isto é, pelo desenvolvimento de uma ideologia - ou de um complexo de crenças religiosas - capaz de realizar com sucesso sua pretensão de legitimidade, pelo menos nos termos de alguns dos símbolos da ideologia institucionalizada principal.

Mas o problema é como nasce essa ideologia, por quem é promovida e a que uso se presta porque, na realidade, ela não parece servir verdadeiramente como "ponte" entre cultura e contracultura, no sentido de que a segunda consiga afirmar-se sobre a primeira.

O fenômeno é também evidente em outros aspectos da vida americana: por exemplo, o problema da pobreza e o dos negros, que podem ser considerados variantes do problema mais geral dos desvios. Trata-se de fato de problemas reais, tornados ideológi-

5 T. Parsons, *Il sistema sociale*, Milão, Comunità, 1965, p. 529.

cos mediante a racionalização que é feita deles e que lhes muda a natureza.

O volume de literatura americana mais recente dedicada ao assunto é impressionante: aparentemente, isso pode mostrar-se como uma repentina tomada de consciência sobre o que está por baixo da "sociedade do bem-estar" e como uma análise impiedosa das suas chagas. Na verdade, esses aspectos da sociedade americana, no momento em que são difundidos e explicitados como problemas que é preciso conhecer para enfrentar, perdem o caráter ameaçador com o qual se manifestam, para tornar-se uma ideologia pela qual se buscam soluções da mesma natureza.

Em Nova York, entre os cartazes publicitários nos vagões do metrô, podiam-se ler anúncios como este:

Qual das tragédias humanas você prefere?⁶ Vietnã, Biafra, a controvérsia árabe-israelense, os guetos negros, a fome na Índia...?

Escolha a sua e ajude, ajudando a Cruz Vermelha.

Levar um problema real a uma dimensão ideológica que produzirá uma realidade análoga à que ela exprime é o sinal da força do capital, que tende a totalizar-se nos níveis da produção e do controle.

Quando, com o *Economy Opportunity Act*, o presidente dos Estados Unidos declara, em 3 de março de 1964 numa mensagem ao Congresso, a "guerra à pobreza" como programa nacional, a pobreza americana adquire um papel preciso como objeto das organizações assistenciais: tenta-se resolver uma só face do problema, dando com a mão visível o que se continua a tirar com a mão escondida. O fato de, depois, estudiosos, sociólogos, antropólogos, psiquiatras, organizadores sociais se dedica-

⁶ O grifo é nosso.

rem a investigar o assunto não passa de racionalizações que servirão para ocultar cada vez mais a verdadeira natureza do problema.

Eis como Oscar Lewis, *expert* em pobreza, o enfrenta:

Uma certa confusão decorre também da tendência a dirigir a atenção e as pesquisas para a personalidade individual das vítimas da pobreza, em vez de para a comunidade e as famílias das favelas; e, por conseguinte, da não-diferenciação entre a pobreza e aquilo que chamei de "cultura da pobreza".

Essa é uma frase que fez sucesso e, por isso, foi usada apropriadamente e inapropriadamente na literatura corrente. Nos meus textos, a frase pretende indicar um modelo conceitual específico para descrever em termos positivos uma subcultura da civilização ocidental, subcultura que tem estrutura e razão de ser próprias, um modo de viver transmitido de geração em geração através da família. A cultura da pobreza não é simplesmente um fato de privação ou de desorganização, termos que significam ambos a carência de alguma coisa. É uma cultura no verdadeiro sentido antropológico tradicional da palavra, na medida em que oferece a seres humanos um modelo de vida, tendo assim uma função significativa de adaptação. Esse estilo de vida transcende as fronteiras nacionais e regionais e as diferenças urbano-rurais dentro das nações. Onde quer que se manifeste, seus integrantes mostram notáveis semelhanças na estrutura familiar, nas relações interpessoais, no modo de gastar, nos sistemas de valores e na orientação temporal.⁷

Desse modo, em seus estudos sobre a redescoberta da pobreza, Lewis fabrica para ela uma fenomenologia pessoal, buscando o conteúdo de fundo do pobre:

⁷ O. Lewis, "La cultura della povertà", *Centro Sociale* n° 74-75, 1967, pp. 1-11. Tradução italiana do artigo originariamente publicado em *Scientific American* n° 4, 1966.

Junto com a alienação frente à sociedade mais ampla, há uma hostilidade contra as instituições de base daquela que é considerada a classe dominante. A polícia é odiada; o governo e as pessoas em boa posição social gozam de escassa confiança; existe um ceticismo que se estende também à igreja. A cultura da pobreza contém, assim, um potencial de protesto e de possível adesão a movimentos políticos voltados para a mudança da ordem existente... Qual é o futuro da cultura da pobreza? Devemos distinguir entre aqueles países onde ela interessa a um segmento relativamente pequeno da população e aqueles onde constitui uma parte ampla.

Nos Estados Unidos, as principais soluções propostas por assistentes sociais que lidam com os pobres "irrecuperáveis" voltaram-se para melhorar gradativamente seu nível de vida e favorecer sua assimilação às classes médias. Quando possível, foi aconselhado um tratamento psiquiátrico.⁸ Nos países subdesenvolvidos, onde grandes massas de pessoas vivem na cultura da pobreza, soluções desse tipo não parecem aplicáveis. Os psiquiatras locais têm seu tempo inteiramente absorvido pelo tratamento de indivíduos que pertencem às crescentes classes médias. Nesses países, as pessoas pertencentes à cultura da pobreza poderão provavelmente buscar uma solução mais revolucionária. Com a realização de mudanças estruturais de base na sociedade, redistribuindo a riqueza, organizando os pobres, dando-lhes o sentimento de pertencer à sociedade e de exercer um papel de poder e de vanguarda, as revoluções freqüentemente conseguem abolir algumas características de base da cultura da pobreza, mesmo quando não conseguem abolir a própria pobreza.⁹

⁸ O grifo é nosso.

⁹ O. Lewis, *op. cit.*

A fenomenologia sociológica de Lewis destacou a existência de uma cultura da pobreza. Contudo, o que deve ser sublinhado é o que se propõe aqui para a solução daqueles que poderemos definir como os "pobres ricos" e os "pobres pobres".

Para os pobres dos países da abundância, sugere-se explicitamente a integração no âmbito da medicina social, sufragando nossa tese segundo a qual o desviante, segundo a necessidade do momento, é novamente definido como um desajustado a ser tratado, e para cujo controle existem papéis como os do assistente social e do psiquiatra. Se depôs, em relação aos "pobres pobres" dos países subdesenvolvidos, Oscar Lewis "reconhece" que as revoluções muitas vezes podem modificar parcialmente a cultura da pobreza, isto não é suficiente para infundir-lhe suspeitas quanto à medida de incidência, sobre essa cultura, daquilo que ele define como estrutura de base da sociedade: a inexistente distribuição da riqueza, o fato de não pertencer à sociedade e não exercer um papel de poder e de vanguarda. Aquilo que Oscar Lewis não conseguira identificar como origem primária da cultura da pobreza surge aqui implicitamente reconhecido – em negativo – como fonte de redução dessa mesma cultura, uma vez que a revolução lhe tenha modificado o fundamento.

Uma confirmação disto está na análise que Oscar Lewis faz sobre o desaparecimento da cultura da pobreza depois da revolução cubana:

Em 1947, atribuí-me a tarefa de um estudo nas favelas de Havana. Recentemente, tive oportunidade de revisitar a mesma favela e algumas das mesmas famílias. O aspecto físico do lugar havia mudado muito pouco, excetuando-se uma nova e belíssima escola maternal pública. As pessoas continuavam pobres como antes, mas impressionou-me o fato de encontrar um grau muito menor de desespero e apatia, tão sintomático nas favelas urbanas dos Estados Unidos. Essa favela estava agora altamente organizada, com comitês de fábrica, comitês

*para a educação, comitês de partido. As pessoas haviam encontrado um novo sentimento de poder e de importância numa doutrina que glorifica as classes pobres como a esperança da humanidade, e além disso estavam armadas. Um funcionário cubano me disse que o governo de Castro, ao dar armas aos delinquentes, havia quase eliminado a delinqüência!*¹⁰

A rusticidade da análise não recua nem mesmo diante de uma realidade que se apresenta, aos olhos do próprio Lewis, como qualitativamente diferente. A coisa não serve para fazê-lo mudar suas hipóteses ou suas conclusões: basta encerrar com uma frase de efeito, como é previsível que terminará o estudo atualmente desenvolvido em Havana por uma equipe de burocratas norte-americanos, que pretendem analisar a transformação da cultura da pobreza numa pobreza dentro de um projeto comum.

Para não se ver em contradição com sua hipótese, Lewis afirma adiante:

Evidentemente, o regime de Castro – modificando um pouco Marx e Engels – não voltou as costas ao chamado lumpemproletariado, enquanto força intrinsecamente reacionária e anti-revolucionária, mas, ao contrário, encontrou nele um potencial revolucionário e o utilizou.

E mais adiante:

*Por outro lado, é verdade que encontrei um escasso espírito revolucionário e escassos indícios de ideologias radicais entre os porto-riquenhos pobres. As famílias estudadas eram, em sua maioria, politicamente conservadoras, e aproximadamente a metade era favorável ao partido republicano, o qual representa a oposição de direita ao partido popular republicano que domina a opção política da comunidade.*¹¹

10 Idem.

11 Ibidem.

Na escolha dos exemplos, Oscar Lewis não parece dar-se conta de que, no confronto entre o lumpemproletariado cubano e o porto-riquenho, houve uma revolução socialista no meio. Os porto-riquenhos de que ele fala aqui representam, no mundo dos Estados Unidos, a larga faixa improdutiva para cujo controle foi declarada a guerra à pobreza. Os “pobres armados” de Havana, ao contrário, são os sujeitos de uma revolução, ainda em andamento, que subverte os termos do conceito abstrato de Lewis sobre uma “cultura da pobreza”.

O problema do controle da natalidade nos países do terceiro mundo apresenta – sob a fachada de uma intervenção humanitária de vanguarda – a mesma ambigüidade. Ambigüidade que é patente na cínica declaração de L. B. Johnson: “Cinco dólares investidos no controle da natalidade produzirão mais benefícios na América Latina do que cinco dólares investidos no desenvolvimento econômico”. O ritmo do aumento progressivo da população em zonas subdesenvolvidas entra, portanto, em conflito com os designios imperialistas dos grupos que, para sobreviver, devem manter regimes burgueses-latifundiários que impedem o desenvolvimento e a industrialização. O controle da natalidade retardaria indefinidamente o desenvolvimento latino-americano. Assim como ocorre com qualquer problema, também essa questão só poderá ser considerada quando perder sua funcionalidade no quadro imperialista; caso contrário, conservar-se-ia a ilusão de se resolver o duplo do problema, sem que sequer se enxergasse sua face real.

Esta ainda é a situação dos negros nos Estados Unidos: eles se tornam menos ameaçadores quando têm seus direitos reconhecidos e quando se admite que são excluídos. Mas isto não significa que se assista a um processo real de transformação: através das ideologias que foram feitas deles, o negro, o doente mental, o desviante, o pobre – faces diversas do mesmo proble-

ma – são reconhecidos pela nova sociologia como “parte integrante” do sistema social. Mas não se trata da conquista de uma participação ativa. Eles se tornam apenas instrumentos úteis a toda a sociedade, nessa função de pertencerem à “única classe média” na qual é cada vez mais difícil identificar diferenciações e distâncias, reduzida como está a uma dimensão homogênea, totalmente controlada por um centro de poder cada vez mais restrito.

No inverno passado, no Metropolitan Museum de Nova York, foi montada uma enorme mostra fotográfica sob o título *Harlem on My Mind*, na qual se reconstituía a carreira do negro, desde os tempos de sua importação como escravo até hoje. Com uma lúcida análise imaginativa, a mostra era a expressão da nova objetividade do poder. Objeto de exploração no trabalho, logo ao chegar ao continente americano, o negro continua a ser, nas fases subsequentes da sua convivência com o branco, objeto de libertação da sua própria escravidão, objeto de folclore, objeto de piedade e, por fim, de eversão. Num inteligente jogo de luzes, *Harlem on My Mind* – depois de uma reconstituição piedosa e nostálgica da dor e da tristeza da alma negra – mostrava no final os chefes dos Panteiras Negras, de um lado, e os negros integracionistas, de outro. Na ilusão de ótica de uma objetividade real – elemento típico da liberdade americana – *Harlem on My Mind* confirmava, mais uma vez, o absoluto domínio do poder sobre o seu escravo, cujas eversão e integração assumem um significado equivalente.

Numa fase de capitalismo avançado a ideologia da diversidade, que sancionava a inferioridade do outro mediante a afirmação da própria superioridade, já não é necessária, sendo a finalidade principal, agora, o controle total. A própria ideologia da sociedade enferma de Fromm, com a qual se havia tentado sucessivamente ocultar as contradições do capital, foi abandonada. Na fase de totalização

subseqüente, a distância entre são e doente foi-se de fato reduzindo: de um lado, reconhecendo-se uma forma de produtividade também na doença;¹² de outro, vindo a produção a assumir aos poucos a forma do controle social.

O processo de racionalização no campo dos desvios, ainda em fase de desenvolvimento, é particularmente evidente. Nos Estados Unidos, faz-se coincidir a ideologia do desvio com o problema do desviante, identificando o desvio “primário” (que corresponde à exclusão da produção) com um desvio “secundário” de caráter ideológico: o estigma.

Se analisarmos as interpretações mais atuais sobre o assunto, aquelas propostas por Jurgen Ruesch, por exemplo, podemos resumí-las assim:

1) desvio como limitação de funções, devido à impossibilidade, por parte de um indivíduo com deficiência física ou psíquica, de participar da vida social da qual foi excluído (desvio secundário decorrido de uma dificuldade primária);

2) desvio como produto da falta dos requisitos sociais necessários para ser aceito, assim como da educação e da cultura que informariam sobre os recursos sociais desfrutáveis (desvio secundário decorrido de ausência de um status social que é um pré-requisito indispensável);

3) desvio encontrável em indivíduos que, por idade ou por escolha (mendigos, velhos, jovens, *hippies* etc.), são excluídos ou se excluem do intercâmbio social (desvio secundário decorrido de uma recusa imposta ou escolhida).

Assim, o problema dos desvios é enfrentado fazendo-se coincidir o desvio primário com o secundário, para poder ocupar-se

¹² Ver a respeito os artigos “Il malato artificiale” (in: *Libri nuovi*, março de 1969) e “L’utopia della realtà”, em colaboração com F. Ongaro Basaglia.

do secundário, desprezando o primário constitutivamente implícito neste último.

Embora presente nos três casos, a constante nunca é assinada: os tipos de desvio descritos se verificam de fato em indivíduos que, por motivos diversos, não participam da produção. Ou seja, trata-se de pessoas que perderam ou nunca tiveram uma força contratual com as fontes produtoras. Se a norma é definida em termos de produtividade, o desvio só pode ser definido de maneira análoga: a ideologia do desvio como problema sociopsiquiátrico só serviria então para alimentar a produção de um fenômeno, determinando-lhe a forma mais adequada à ilusão de resolvê-lo.

Sempre nos Estados Unidos, as medidas práticas adotadas, por exemplo, no campo sociopsiquiátrico, diante do problema dos desviantes, confirmam essa hipótese. Os novos Community Mental Health Centers têm a função de controlar – por meio da dilatação do problema da prevenção e do pós-tratamento – toda forma de desvio, dando-lhe ao mesmo tempo uma definição de caráter sociopsiquiátrico. Também aqui, a introdução do social, se visto a partir do ângulo até agora hipotizado, serve apenas para formular uma racionalização de tipo interdisciplinar para um fenômeno de direta origem socioeconômica. Uma vez que os desviantes acompanhados pelos Community Mental Health Centers são os negros, os porto-riquenhos, os judeus, os italianos que, às margens da produção, são assistidos pelo *Welfare*, privados de um projeto que vá além da sobrevivência assegurada pelas organizações assistenciais, é claro que esses centros de saúde mental funcionam definitivamente como controle para aquela faixa de marginais que não pode ser absorvida em instituições produtivas. Criando o problema sociopsiquiátrico do desviante e sancionando sua inclusão na ideologia interdisciplinar, estabelecem-se para ele os limites e as moda-

lidades de ação, reduzindo e eliminando qualquer significado implícito no seu comportamento.

Na cultura americana, portanto, o desviante é absorvido no terreno de uma ideologia interdisciplinar que deveria garantir, de um lado, maior objetividade no tratamento; de outro, a identificação da natureza social de todo problema humano. Mas, se as pessoas se limitam a considerar o social como o conjunto das interações ao nível psicológico e psicodinâmico, o que aparece como um alargamento e aprofundamento do problema não passa de um ulterior giro circular dentro de um campo fechado, cujas fronteiras nunca são transpostas. A função da ideologia do desviante mostra-se então perfeitamente correspondente àquela que – num grau diferente de desenvolvimento socioeconômico – é usada até hoje para as personalidades psicopáticas, onde estas ainda resultam controláveis mediante técnicas e instituições médicas. O que muda é o tipo de organização do controle, que vem a configurar-se diferentemente quando se verificam dois tipos de modificações: ou o número dos chamados psicopatas aumenta, a ponto de tornar-se impossível controlá-los com técnicas puramente médicas; ou reduz-se a distância entre saúde e doença. Em ambos os casos, são necessárias novas formas de organização social que garantam o domínio.

Dizia Artaud na introdução de *O teatro e seu duplo*:

Nunca se falou tanto como hoje de civilização e de cultura, quando é a própria vida que nos foge. E há um estranho paralelismo entre esse desmoronamento generalizado da vida, o qual está na base da desmoralização atual, e os problemas de uma cultura que jamais coincidiu com a vida, e que é feita para ditar leis à vida.

Antes de voltar a falar de cultura, quero salientar que o mundo tem fome e não se preocupa com a cultura; só artificial-

mente tende-se a desviar para a cultura pensamentos que se voltam para a fome.¹³

O estranho paralelismo tende a expressar-se e a perpetuar-se em toda parte, e, se analisarmos o processo através do qual o capitalismo consegue transformar a contradição – que ele não pode deixar de produzir dentro da sua dinâmica – no objeto da sua auto-reparação (e, assim, numa confirmação ulterior sua), pode-se começar a compreender como se desenvolve, concretamente, a transformação do real numa realidade-ideologia que tende a produzir uma dupla realidade, mediante a criação das qualidades que lhe são mais adequadas para essa transformação perpétua.

Deve ser possível compreender justamente esse “duplo”, e a busca, no terreno prático, de um dos momentos desse processo sempre em andamento, assim como a identificação da passagem da experiência humana a um comportamento comum cada vez mais desumano, nos poderiam dar o sinal daquilo que seria o homem numa realidade em que o “duplo” conservasse o caráter da contradição, vivenciável através de uma dialética humana.

Mas a dificuldade dessa compreensão está no fato de ser através da experiência que são estimulados e produzidos conflitos para os quais estão prontas técnicas cada vez mais avançadas, que se traduzem em novas formas de manipulação social: isto é, parâmetros prático-ideológicos dentro dos quais se destrua a experiência, para levá-la ao nível de um comportamento comum que, sob a aparência da coletivização do bem-estar, é apenas o duplo dela, ou seja, a ideologia-realidade como a forma mais adequada à conservação e ao desenvolvimento do sistema em que está inserida. Vive-se a realidade produzida como real, e a ciência não faz outra coisa que fornecer justificativas e confirmações práticas à irrealidade do produto.

13 A. Artaud, *Il teatro e il suo doppio*, Turim, Einaudi, 1968, p. 109.

O papel das “ciências humanas” quanto a isto é explícito. Chega-se a fundar uma “ciência da guerra” (a polemologia) para tentar uma análise em nível psicodinâmico dos conflitos inconscientes que a produziriam, com relativa terapia; ou a “ciência da morte” (a tanatologia),¹⁴ que tende a reduzir a morte ao problema de sua simples organização. Trata-se, é claro, da manipulação ideológica de contradições reais – os conflitos e a morte – mediante a definição, a criação e a delimitação do “duplo” de sua natureza. A doença, o desvio, a fome, a morte devem tornar-se outra coisa em relação ao que são, para que a contradição que representam possa vir a ser uma confirmação da lógica do sistema em que estão en-

14 No que se refere a essas duas disciplinas recentes, remetemos, no caso da polemologia, à produção científica sobre o assunto de F. Fornari, que pode ser considerado seu mais autorizado cultor na Itália.

Quanto à tanatologia, porém, não temos conhecimento de iniciativas nacionais relativas ao tema. Por isso, citamos abaixo um artigo do respeitável jornal francês *Le Monde* (2 de abril de 1970, p. 15) a propósito deste: “Uma disciplina recente: a tanatologia. As transformações de nossa sociedade, particularmente o fato de as populações se concentrarem cada vez mais nas grandes cidades, nos obrigam a debruçarmo-nos sobre os problemas que envolvem a morte, os funerais, o sepultamento, e a encontrar soluções razoáveis para eles.

Com esse objetivo, filósofos, moralistas, membros do clero, médicos, prefeitos, diretores de hospitais, especialistas em cerimônias fúnebres, higienistas, urbanistas etc. decidiram estabelecer entre si contatos interdisciplinares a fim de estudar tudo o que, de perto ou de longe, tem relação com a morte.

Criada em 1966, a Société de Thanatologie (ou ciência da morte) de língua francesa pretende estudar esses diversos aspectos. Até o momento, ela consagrou o essencial de seus trabalhos ao suicídio, à eutanásia, à pena de morte, aos transplantes de órgãos e aos problemas apresentados pela morte na ecologia urbana.

Nesse sentido, acus diferentes relatores insistiram muitas vezes sobre a insuficiência de higiene geralmente constatada no que se refere aos mortos, assim como sobre a utilidade da tanatopraxia (conservação e restauração dos cadáveres) e dos ‘*ataudés*’ ou ‘*funerários*’ (estabelecimentos especialmente adaptados para receber com decência e higiene os mortos e suas famílias, durante o período que vai do falecimento ao enterro).

Outros estudos, em especial os concernentes ao interesse científico das autópsias, à indispensável mudança dos cemitérios, aos funerais e à cremação serão empreendidos dentro de pouco tempo. M. A. R.”

globados. À morte, pode-se então responder com a ciência da morte; à fome, com a organização da fome: enquanto a morte continua morte e a fome, fome. Não existem respostas às necessidades: o que se tenta é sempre e unicamente sua organização e racionalização. A FAO, a Food and Agriculture Organization, como resposta ideológica à realidade da fome, em nada altera a realidade do faminto, ao deixar inalterado o processo que produz ao mesmo tempo fome e abundância. Dessa forma, a organização da doença não é a resposta ao doente, e quem tenta – nesse contexto – responder diretamente à necessidade primária (quem tenta responder à doença, e não à sua definição e organização) é acusado de negar a existência dessa mesma necessidade e, assim, de negar a existência da doença no momento em que não a reconhece no “duplo” que dela foi fabricado.

É por meio desse processo de racionalização e organização das necessidades que o indivíduo se vê privado da possibilidade de possuir a si mesmo (a própria realidade, o próprio corpo, a própria doença). Nesse sentido, possuir transforma-se automaticamente em ser possuído, pois não se trata da superação de uma contradição, mas da racionalização, em termos de produção, de que aquela é objeto. Nessa dinâmica, o indivíduo não pode chegar a possuir a própria doença, mas vive sua colocação no mundo como doente; isto é, vive o papel passivo que lhe é imposto e que confirma a fratura entre ele e sua própria experiência.

A doença torna-se comportamento doente, falsa relação substitutiva de uma relação inexistente: ocasião e confirmação de domínio. A ideologia-realidade que daí deriva não é mais a doença, o desvio como experiência e contradição primária; mas sim o objeto da polemologia, da tanatologia, da medicina social como ciências da doença, dos conflitos, do desvio e da morte, de cuja manipulação estão incumbidas.

O doente, o desviante existem tanto quanto existem a doença e o desvio. Mas, se a finalidade que absorve toda intervenção é o controle como instrumento de domínio, existem outros modos, quando a ideologia da diversidade se revela insuficiente como definição e delimitação da contradição, para englobar o abnorme no sistema produtivo: a equivalência do mais e do menos, do dentro e do fora, do positivo e do negativo, da saúde e da doença, da norma e do desvio, não é senão a organização produtiva da diversidade.

Nesse novo terreno, o “pobre pobre”, o excluído, o diferente só podem tornar-se o “pobre rico”, para cujas contradições Oscar Lewis sugere explicitamente um tratamento psiquiátrico, como forma de controle. Dentro dessa aparente totalização – que conserva, para além da definição da equivalência dos opostos, sua nítida separação – tende-se à constituição de uma classe média universal ilusória, na qual todos sejam incluídos; mas na qual a existência das diversidades que estão por trás da unidade aparente eriará os pressupostos para a produção do novo “pobre pobre” de que nosso sistema social precisa.

Nessa realidade, pode-se presumir que a maioria desviante, excluída da linguagem simbólica usada por quem está no centro do poder, possa reencontrar a esperança de uma linguagem simbólica própria?

Em julho de 1967, num congresso organizado em Londres, do qual participavam mais de dois mil intelectuais, David Cooper assim encerrava seu discurso de abertura:

Neste congresso, interessamo-nos pelos novos meios com os quais o intelectual pode agir para transformar o mundo, e com os quais possamos mover-nos evitando aquela “masturbação intelectual” de que Carmichael nos acusa. Demo-nos conta de que os grupos radicais no mundo capitalista estavam divididos de maneira convencional, com base

em convicções pessoais e não ideológicas. Existe sempre alguma espécie de falso Messias que faz surgir a esperança e depois a faz desaparecer. Não é culpa do Messias, é culpa da "Esperança". A esperança deve ter uma oportunidade ulterior, um outro encontro...¹⁵

Mas se, em nosso mundo ocidental, o intelectual é o falso Messias – para usar as palavras de Cooper – que faz a esperança surgir e depois desaparecer, isso significa que a ação do Messias se mantém nos limites da realidade-ideologia continuamente produzida e transformada, sem afetar o “verdadeiro na prática”, sem responder-lhe ou incidir sobre ele. Nesse caso, a culpa não é da esperança, como Cooper afirma um tanto contraditoriamente, ao lhe augurar mesmo assim um encontro ulterior, mas do falso Messias, que de vez em quando faz nascer uma nova esperança falsa, limitada a grupos sempre novos de manipuladores que – em nome de uma ideologia vanguardista revolucionária – participam (como movimento de ponta dentro do processo e da lógica que ilusoriamente acreditam estar combatendo) do centro reduzidíssimo do poder. Sobre esse terreno ideológico-real, aquilo que nasce como ruptura ideológico-real não pode senão rerepresentar-se como uma nova arma de domínio, dentro de uma lógica que tende a usar contradições e diversidades que ela mesma produz, tentando racionalizá-las num nível subsequente, ulterior. Portanto, o que o falso Messias produz não é só “uma masturbação mental” como diz Cooper, retomando as palavras de Carmichael, mas uma realidade que se limita a ser subvertida em relação àquela que pretende destruir, no sentido de que conserva – com sinal oposto – o mesmo caráter não-dialético da realidade-ideologia sobre a qual procura incidir. Se não é verdadeiro na prática que o intelectual age, sua ação permanece uma res-

15 D. Cooper, *Dialettica della liberazione*, Turim, Einaudi, 1969.

posta ideológico-real num contexto ideológico-real, em que as contradições, mais uma vez, são racionalizadas em nome de uma esperança metafísica que remete a um amanhã sempre buscado e nunca alcançado, a Solução.¹⁶

Alhures, em agosto de 1970, Fidel Castro, diante do impasse dos dez milhões não alcançados na safra de cana-de-açúcar, fala ao povo cubano sobre os problemas da realidade prática que este enfrenta:

Fomos incapazes de lutar simultaneamente em muitas frentes... O esforço heróico para aumentar a produção, para aumentar nosso poder de compra, traduziu-se numa série de descompensações para a economia... Nossos inimigos dizem que estamos em dificuldades e, nisso, nossos inimigos têm razão. Dizem que temos problemas, e têm razão. Dizem que há insatisfação, e têm razão... E se o inimigo vier a explorar coisas que dizemos, o que nos dará profunda vergonha, bem-vinda seja essa vergonha, bem-vindo o desprazer, se soubermos transformar a vergonha em força, em espírito de trabalho, em dignidade, em impulso moral!... Temos algumas dívidas para com a pobreza, o subdesenvolvimento, e também com os sofrimentos do povo. Quando nos vemos diante de uma mãe com doze filhos, todos num só aposento, e que têm asma, e mais isto ou aquilo; quando vemos alguém sofrendo e pedindo, quando vemos a realidade com os nossos olhos, e a realidade, aqui, é determinada pelo fato de que falta um milhão de moradias, para que as famílias possam ter casas decentes. Um milhão! com tudo o que se precisa fazer para

16 De resto, isso fica evidente no uso de uma linguagem esotérica por parte de certos grupos de intelectuais, nos quais o próprio intelectualismo se torna instrumento de domínio sobre a classe que eles presumem libertar. Em que se diferencia a linguagem esotérica de tipo político-revolucionário, em relação à linguagem técnico-profissional como expressão da elaboração científica de uma ideologia a serviço da classe dominante? Nesse caso, é a própria inteligibilidade da linguagem que cria e mantém a distância e o domínio diante da classe à qual presume se unir.

conseguir um milhão de casas!... Como resolver a contradição entre nossas exigências urgentes, na situação que acabamos de ilustrar quanto ao crescimento da população, da força de trabalho, e a necessidade de braços que se nos apresenta? Como nos arranjaremos de hoje até 1975 e, depois, de 1975 a 1980? É simples: não temos outra alternativa a não ser resolver este problema, e devemos resolvê-lo! Só nos resta resolvê-lo!

São palavras demasiado simples para nossas mentes corrompidas pelos conceitos. Palavras demagógicas para nossos diversos e divididos individualismos, nos quais as teorias não servem à vida, mas a vida serve para confirmar as teorias. Projetos demasiado ingênuos para nossos juízos sofisticados, habituados ao jogo das ideologias e às ilusões da autocrítica. Mas aqui se tenta, talvez, responder ao verdadeiro na prática, numa realidade "mais áspera, mas também mais honrada e digna", na qual as contradições são consideradas constitutivas da realidade, que deve ser enfrentada e não apenas definida e organizada.

Será também esta uma falsa esperança, proposta por um falso Messias?

Para nós, prisioneiros de uma vida que deve parecer livre de contradições e de conflitos, essa mensagem é a esperança de uma realidade na qual não seja possível resolver ideologicamente as contradições, que continuam a manter a face dramática e vital da necessidade. Vitória e derrota, sucesso e falência são termos que desaparecem dentro de uma luta comum por uma vida humana. O que se deseja para o homem não é a divisão e a definição dos dotes, dos privilégios, dos prêmios e das punições, mas uma vida que apresente para ele o mesmo caráter totalizante que o capital tende a criar para si: os prós e os contras unificados num único respeito e valor: a vida de todos.

A maioria desviante é agora o último achado ideológico-real do nosso mundo produtivo. O que deve salvar-se é a produção: se três quartos do mundo se revelam abnormes em relação a esse valor dado como absoluto, são ainda esses três quartos do mundo que se desviam. Mas a totalização à qual tende o capital comporta igualmente uma totalização daquilo que o capital tende a totalizar: isto é, sua contradição. Se os limites do capital são o próprio capital, isso significa que a totalização à que visa deveria coincidir também com a totalização da sua morte: com a possibilidade de um desvio total em relação à sua lógica, um desvio que fuja à sua racionalização no momento mesmo da totalização. Depende de nós continuar a descobrir-lhe o processo no terreno prático, continuando a cindir o "duplo" ideológico-real com que ele continua a transformar a realidade para fazê-la identificar-se com sua natureza.